Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Teoria da conspiração

Ed Alves/CB/ DA press



Durante a apresentação do relatório sobre a invasão e depredação do Palácio do Planalto, Congresso e Supremo Tribunal Federal (STF), o interventor da segurança pública do DF, Ricardo Cappelli, deixou claro que não acredita que o acaso tenha provocado a maior falha no policiamento da Praça dos Três Poderes da história de Brasília. Citando o ex-chanceler Celso Amorim, Cappelli disse: "Quem quiser que acredite em coincidência. Eu só acredito em teoria da conspiração". O secretário-executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública listou uma série de falhas que juntas criaram a tempestade perfeita para que os atos golpistas ocorressem: desconsideração dos riscos apontados pela inteligência por parte do então secretário de Segurança, Anderson Torres, ausência de um plano operacional para conter o movimento, baixo efetivo, falta de comando do então comandante-geral da PM, coronel Fábio Augusto Vieira.

Arquivo Pessoal



Quebra de hierarquia

Em seu relato, Ricardo Cappelli ressaltou que o coronel Fábio Augusto Vieira, preso preventivamente desde 9 de janeiro, estava em campo no dia do vandalismo desde antes do início da confusão. Pediu reforço e não foi atendido. Houve quebra de hierarquia. Cappelli chegou a dizer que esse tipo de situação é criada pela politização das polícias. "Quando a gente tem um político indicando cada comandante de batalhão, fica difícil manter a hierarquia e a disciplina", afirmou.

Poucos e inexperientes

Na linha de contenção dos manifestantes durante os atos de vandalismo na Praça dos Três Poderes, foram destacados policiais militares sem experiência, ainda no curso de formação, segundo aponta Ricardo Cappelli. Ele ainda ressalta que foram destacados 555 PMs, mas as imagens de drones indicam que não havia nem metade disso. "A impressão que dá no vídeo é que não tínhamos 150 homens na Esplanada naquele dia. Um efetivo que não guarda correspondência com o alerta de sexta-feira (06/01)", disse Cappelli.

Duas horas

Houve um intervalo de duas horas entre o início do vandalismo nos prédios do Congresso, Palácio do Planalto e STF e a chegada do reforço para reprimir as agressões.

Maioria do Mato Grosso

Em 11 de novembro, havia 310 caminhões ou motor-homes estacionados nos arredores do acampamento instalado em frente ao QG do Exército, sendo mais da metade (162) do Mato Grosso, estado em que Jair Bolsonaro teve 65,08% dos votos válidos no segundo turno. Apenas 24 tinham placa do Distrito Federal.

Na polícia

Em pouco mais de dois meses de duração do acampamento, houve 73 ocorrências policiais relacionadas aos manifestantes, sendo 20 de crimes contra a honra, 19 de furtos e 13 de lesão corporal e vias de fato (agressões como socos, tapas e empurrões).

Ed Alves/CB/ DA press



Inteligência apontou o risco

Relatório de inteligência da Secretaria de Segurança relacionado pelo interventor, Ricardo Capelli, apontou para a possibilidade de ocorrência dos seguintes episódios em 8 de janeiro: possibilidade de invasão e ocupação de órgãos públicos, participação de adultos "em boas condições físicas" e pertencentes ao segmento de CACs (caçadores, atiradores e colecionadores). O documento aponta que a mobilização tratava da "tomada de poder", com a invasão do Congresso Nacional e era vedada a participação de crianças e pessoas com dificuldades de locomoção. "As divulgações apresentam-se de forma alarmante, dada a afirmação que a 'tomada de poder' ocorreria principalmente com a invasão do Congresso Nacional", aponta o documento.

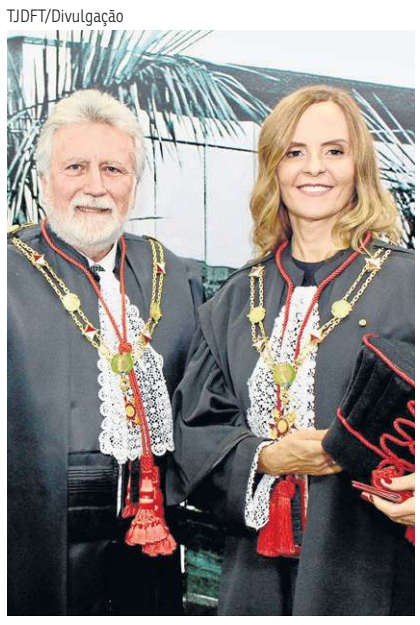


AFP/REPRODUÇÃO

Conforto para golpistas

Relatório sobre os atos antidemocráticos elaborado pelo interventor da segurança pública do DF, Ricardo Cappelli, indica que o acampamento instalado em frente ao QG do Exército tinha estrutura de conforto para os manifestações: barracas de camping e de lona, tendas, cozinhas coletivas, banheiros químicos e com chuveiro quente, geradores de energia, placas solares, som mecânico, caminhão utilizado como palco e carro de som. Cappelli chamou de "mini-cidade golpista". A pergunta é: quem bancou?

TJDFT/Divulgação



Nova desembargadora

A juíza Carmen Nicea Nogueira Bittencourt tomou posse ontem como nova Desembargadora do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). Ao dar posse à magistrada, o presidente do TJDFT, Cruz Macedo, ressaltou o comprometimento, a eficiência e a qualificação da nova desembargadora que "traz a marca genética da vocação para a magistratura de sua família". Carmem Bittencourt é filha do desembargador falecido Mauro Renan Bittencourt e sobrinha do desembargador aposentado Sérgio Bittencourt, ambos do TJDFT.

Acompanhe a cobertura da política local com *@anacampos_cb*

PAINÉIS / O evento Entre os Eixos vai reunir, na segunda-feira, autoridades e representantes do setor produtivos para analisar questões como economia, sustentabilidade e qualidade de vida. Os painéis serão transmitidos pelas redes sociais do **Correio**

Correio debate futuro do DF

» NAUM GILÓ

O **Correio Braziliense** vai promover, nesta segunda-feira, o Entre os Eixos do DF, com painéis onde serão discutidos temas de relevância para o desenvolvimento da cidade. O evento será a partir das 14h, na sede do jornal, no Setor de Indústrias Gráficas, e terá transmissão ao vivo pelas redes sociais (Facebook, Twitter e YouTube).

Com mediação dos jornalistas Carlos Alexandre e Ana Maria Campos, os painéis vão abordar temas relacionados à economia, à sustentabilidade e à qualidade de vida. Um deles é o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), recurso da União que custeia a organização e a manutenção da Polícia Civil, da Polícia Penal, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do DF.

Everardo Maciel, ex-secretário da Fazenda do DF, é um dos convidados para falar sobre o Fundo Constitucional. Foi justamente em evento do **Correio**, há cerca de 30 anos, que se debateu, pela primeira vez, a ideia do FCDF sugerida por Maciel. Alguns anos depois, o fundo seria sancionado por lei, no fim de 2002, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. "Todos os estados e municípios têm acesso ao Fundo de Participação dos Municípios e ao Fundo de Participação dos Estados, que é semelhante ao FCDF. A única diferença é que o fundo do DF tem o direcionamento específico para a segurança pública", explica Maciel.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Everardo Maciel destacará a importância do Fundo Constitucional

O deputado distrital Chico Vigilante (PT) também ressaltou a importância do evento. "As pessoas precisam compreender que Brasília existe em função do Brasil. É a nossa capital. Abriga as embaixadas, a sede dos poderes. Por isso, é uma cidade cara. A manutenção do

Fundo Constitucional é fundamental, sem deixarmos de discutir outras fontes de receitas para o DF. Mais uma vez, o **Correio** sai na frente ao abrir esse debate importante. O jornal sempre lidera movimentos em defesa de Brasília", frisou.

Relevância

O vice-presidente executivo do **Correio**, Guilherme Machado, destaca que o jornal sempre foi defensor dos interesses da capital. "Em um momento de mudanças, como o que estamos passando agora, torna-se muito importante abrir espaços para que autoridades e membros de instituições possam falar e debater sobre temas relevantes para a estabilidade e o crescimento do Distrito Federal", destaca Machado.

Além do Fundo Constitucional do DF, também haverá painéis abordando temas como o papel da indústria e do comércio para o crescimento; o desafio para melhorar a saúde e segurança; Brasília na preservação cultural, educacional e sustentável; e a integração entre o Plano Piloto e as regiões administrativas.

Entre os Eixos do DF

Confira a programação completa e os convidados para os painéis:

Abertura

» Celina Leão, governadora em exercício do Distrito Federal

Convidados

» Sandro Avelar, secretário de Segurança do DF; Everardo Maciel, , economista e ex-secretário da Fazenda; e Chico Vigilante (PT), deputado distrital

Fundo Constitucional e o potencial para a cidade

» Everardo Maciel, economista e ex-secretário da Fazenda

Em defesa pelo Fundo Constitucional

» Chico Vigilante, deputado distrital do Distrito Federal

1º painel: O papel da indústria e do comércio para o crescimento do DF

» José Aparecido, presidente da Fecomércio do Distrito Federal; Pedro Henrique Achcar Verano, vice-presidente da Federação das Indústrias do Distrito Federal (Fibra); Leonardo Ávila, presidente da Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico do Distrito Federal (Codese/DF); e Dionyzio Klavdianos, presidente do Sindicato da Indústria da Construção do Distrito Federal (Sinduscon/DF).

2º painel: O desafio para melhorar a saúde e segurança no DF

» Lucilene Florêncio, secretária de Saúde do Distrito Federal; e Arthur Trindade, professor da UnB e ex-secretário de Segurança do DF.

3º painel: Brasília na preservação cultural, educacional e sustentável

» Ana Elisa Dumont Scussel, presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares do Distrito Federal (Sinepe/DF); Leandro Grass, presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); e Bartolomeu Rodrigues, secretário de Cultura do Distrito Federal.

4º painel: Integração entre o Plano Piloto e as regiões administrativas

» Maria Paula Fidalgo, embaixadora da Paz, atriz, palestrante, escritora e psicanalista;

» Vinícius Postai, CEO da MOAI; e Hélvia Paranaguá, secretária de Educação do Distrito Federal.

Encerramento

» Wellington Luiz, presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF).